



**PRIMEIRO  
MINISTRO**

**PALESTRA DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA  
DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,  
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO,  
NO FÓRUM DE LÍDERES MUNDIAIS NA UNIVERSIDADE DE COLUMBIA  
SOBRE O TEMA “DESAFIOS GLOBAIS E PEQUENAS NAÇÕES”**

**Biblioteca Low, Universidade de Columbia  
30 de setembro de 2015**

Distintos convidados  
Senhoras e senhores,

É uma grande honra para mim fazer esta palestra no Fórum de Líderes Mundiais na Universidade de Columbia, pelo que gostaria de agradecer o convite que me foi dirigido.

Viajei da pequena nação de Timor-Leste para a grande cidade de Nova Iorque a fim de participar na Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Este ano o mundo celebra o 70.º Aniversário da Organização das Nações Unidas e o legado que esta tem vindo a construir desde a sua criação depois da II Guerra Mundial.

Timor-Leste tem muito que agradecer às Nações Unidas. Após a invasão do nosso país em 1975 e durante o período da ocupação, as Nações Unidas foram o nosso fórum principal para defender a justiça e a autodeterminação do nosso povo. As Nações Unidas deram ao nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros no exílio, o Nobel da Paz José Ramos-Horta, a oportunidade para se dirigir ao mundo e falar do sofrimento do nosso povo.

Em 1999 as Nações Unidas conduziram um Referendo no qual o povo timorense votou, com coragem e de forma esmagadora, na independência. Após a votação, as Nações Unidas administraram o nosso país até 2002, enquanto nos preparávamos para assumir as rédeas do nosso próprio destino.

A nossa nação começou sem nada. Após quase 500 anos como colónia portuguesa e 24 anos de ocupação, não tínhamos infraestruturas, instituições de Governo, sistemas de saúde, sistemas de educação ou dinheiro.

No entanto, hoje, Timor-Leste é muitas vezes apresentado como um modelo de sucesso de construção da paz e construção do Estado. Após um começo difícil desfrutamos atualmente de paz, de uma sociedade livre e democrática e de uma economia aberta com um forte crescimento. Temos também a sorte de ter decidido em boa altura canalizar cada dólar proveniente dos nossos recursos petrolíferos para um fundo de riqueza soberana, o qual detém hoje mais de 16 mil milhões de dólares.

Conseguimos o nosso progresso com a ajuda da família das Nações Unidas, sendo que a última Missão da ONU deixou o nosso país em 2012.

Graças ao nosso envolvimento profundo com as Nações Unidas, sabemos melhor do que a maior parte dos países que a ONU não é uma instituição perfeita e que precisa ser reformada.

Não obstante isto, percebemos também que as Nações Unidas têm um papel importante na defesa do sistema multilateral global e na proteção de Estados pequenos e frágeis.

É neste contexto que venho aqui hoje proferir umas breves palavras sobre 'desafios globais e nações pequenas'.

De acordo com a nossa experiência, embora sejam as grandes potências que moldam as correntes dos assuntos internacionais, são as nações pequenas que tendem a ser as mais afetadas.

Do flagelo das alterações climáticas à pobreza entrincheirada e aos conflitos debilitantes, as consequências das ações dos países grandes podem ser avassaladoras para nações pequenas e frágeis.

Vemos isto claramente no Pacífico, onde Timor-Leste conta com muitos amigos e tem o privilégio de ter o estatuto de observador no Fórum das Ilhas do Pacífico. Infelizmente algumas nações-ilha nossas amigas enfrentam uma ameaça à sua própria existência, resultante da subida do nível das águas do vasto oceano pacífico.

As alterações climáticas são um desafio global com um impacto desproporcional em muitas nações pequenas e vulneráveis que pouco contribuíram para o problema.

Enquanto as populações inteiras de algumas nações-ilha estão ameaçadas, assistimos à exposição do interesse próprio cobarde de nações maiores.

É por isto que o desafio das alterações climáticas exige uma solução global. Ainda no decorrer do presente ano o mundo reunir-se-á em Paris, na Conferência da ONU sobre alterações climáticas, com o intuito de forjar uma resposta internacional. Olhamos para esta Conferência com expectativa e esperança em torno do nosso futuro partilhado.

Existem, como é claro, outros desafios globais que têm impacto sobre países pequenos e em vias de desenvolvimento.

Um dos nossos maiores desafios internacionais prende-se com a resposta à fragilidade e ao conflito.

A fragilidade dos países está a condenar as populações a vidas de pobreza entrincheirada, medo e falta de esperança. Sabemos bem que não é possível haver desenvolvimento sem paz, todavia há ainda mais de mil milhões de pessoas no nosso mundo a viver em países frágeis e afetados por conflitos.

Vemos como o impacto corrosivo traz ao de cima o pior do espírito humano, conduzindo a atos inqualificáveis de terror contra pessoas inocentes e vulneráveis.

Registámos que, infelizmente, não houve sequer um país frágil ou afetado por conflitos a atingir um só Objetivo de Desenvolvimento do Milénio.

Em Timor-Leste sabemos bem, por experiência própria, o efeito destrutivo que o conflito tem no desenvolvimento e progresso humanos.

Eu tinha onze anos em dezembro de 1975, quando a Indonésia invadiu o nosso país. O meu pai adotivo foi detido e aprisionado sem julgamento. O resto da minha família fugiu para as áreas do país controladas pela resistência, onde vivíamos desesperados com fome e medo, escondidos nas montanhas.

Foi esta a experiência do nosso povo. Vimo-nos esmagados pelas correntes globais da Guerra Fria e pelo medo de que o comunismo se poderia espalhar pelo Sudeste Asiático. Em resultado disto as potências ocidentais apoiaram e equiparam uma ditadura indonésia que oprimia o seu

próprio povo, assim como o povo timorense. Ao longo dos 24 anos de ocupação perdemos quase um terço da nossa população.

Após a nossa independência continuámos frágeis. Sofremos a maldição de muitos países pós-conflito, com perturbações internas continuadas. Somente após o nosso conflito interno em 2006, quando as lutas de rua e as mortes voltaram à nossa capital de Díli, o nosso povo exclamou 'basta'. Juntos reconhecemos que sem estabilidade e paz não era possível construir um Estado e libertar verdadeiramente o nosso povo.

Timor-Leste tem agora a felicidade de viver em paz.

Infelizmente, porém, demasiadas nações espalhadas pelo mundo continuam a sofrer com fragilidade e conflitos.

A maior parte de nós só consegue chorar face à implosão da Síria e à tragédia humana e às ondas de refugiados que se lhe seguiram.

E embora Timor-Leste tivesse ficado contente por deixar de ser a nação mais jovem do mundo, aquando da criação do Sudão do Sul em 2011, rapidamente essa felicidade deu lugar ao desespero ao vermos este jovem país a ser devassado pelo conflito. Vemos também conflitos noutras partes de África, incluindo combates no Mali e na República Centro-Africana e a desintegração da Líbia. Muitos países espalhados pela Ásia e pela América Latina permanecem também frágeis e têm sérias dificuldades para fazer avanços a nível do desenvolvimento humano.

Muitos destes países são demasiado pequenos, demasiado fracos e demasiado pobres para resistir a conflitos internos e a pressões globais.

Embora o mundo desenvolvido se possa orgulhar da sua estabilidade, todos nós devemos reconhecer que essa estabilidade é na verdade uma coisa rara e preciosa. Até mesmo as nações mais fortes sentem dificuldades em manter a estabilidade e a continuidade. Por exemplo, menos de dez das nações que existiam em 1900 conseguiram evitar, de então até hoje, derrubes violentos dos seus Governos.

É nesta realidade que muitas nações pequenas e frágeis necessitam da assistência da comunidade internacional para obter paz e construir instituições estatais resilientes.

Infelizmente, porém, mesmo quando estes países conseguem a paz têm de enfrentar um novo desafio: o desafio do desenvolvimento num mundo desigual.

Timor-Leste ainda está a debater-se com esta realidade. Apesar do nosso progresso, muitos dos nossos cidadãos continuam a viver em situação de pobreza extrema, com acesso limitado a serviços de educação e de saúde de qualidade.

Por todo o mundo, demasiadas pessoas sofrem devido à fome, doenças transmissíveis e pobreza entrincheirada.

A globalização fez uma grande diferença e ajudou a retirar milhões de pessoas da pobreza. Todavia, muitas nações e povos com pouco a oferecer à economia global são deixados para trás.

Mesmo na nossa região, com a mudança do peso económico para uma Ásia em crescimento, muitas nações continuam a sentir dificuldades para agarrar as oportunidades resultantes deste ajuste global profundo, pelo que continuam pobres e vulneráveis. Essas nações dão por elas no degrau mais baixo de um mundo desequilibrado e desigual.

Assim, a desigualdade é hoje amplamente reconhecida como um desafio global premente. Tal como afirmou recentemente Sua Santidade o Papa Francisco:

*“Hoje tudo está sujeito às leis da concorrência e da sobrevivência do mais forte, com os poderosos a alimentarem-se dos indefesos. Em consequência disto, massas inteiras de pessoas encontram-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem possibilidades, sem forma de escapar.”*

Com a desigualdade dentro de nações e entre nações, milhões de pessoas procuram fugir às garras da pobreza extrema.

Este desafio é dificultado pela débil recuperação económica global. E em nações pequenas como Timor-Leste, que dependem da exportação de matérias-primas, a queda dos preços coloca pressão financeira adicional sobre Governos que procuram apoiar o desenvolvimento.

Países pequenos e em vias de desenvolvimento não podem responder sozinhos ao desafio da igualdade e da pobreza. A economia global pode ser brutal e impiedosa para com nações em dificuldades.

É, assim, necessário que o mundo trabalhe em conjunto para encontrar caminhos que permitam às nações em vias de desenvolvimento participar de forma produtiva na economia internacional.

Precisamos encorajar a boa governação e a transparência a nível dos sistemas de gestão das finanças públicas, bem como combater o flagelo da corrupção.

E precisamos trabalhar rumo a uma nova visão económica global que respeite a dignidade das pessoas e que apoie o desenvolvimento das nações.

Senhoras e senhores,

Não vim aqui hoje somente para refletir sobre os desafios globais que dificultam o desenvolvimento de pequenos Estados como Timor-Leste.

Hoje quero destacar a necessidade de uma resposta global e unida a estes desafios, e confirmar a nossa confiança nas possibilidades da ordem internacional.

A semana passada assistimos à promessa plena de cooperação e boa vontade internacionais quando os líderes mundiais se reuniram nas Nações Unidas e se comprometeram com 17 Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável.

Se todos nos empenharmos nestes objetivos poderemos alcançar três coisas excecionais: erradicar a pobreza extrema, combater a desigualdade e corrigir as alterações climáticas.

Caso o mundo vença este desafio, seremos a primeira geração a erradicar a pobreza extrema.

Os Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável são ambiciosos, porém é imperativo que sejamos bem-sucedidos. Os Objetivos Globais destinam-se a todos os países e a todos os povos. De facto, assumem uma importância ainda maior para nações pequenas e em vias de desenvolvimento como Timor-Leste.

Timor-Leste esteve profundamente envolvido no desenvolvimento dos Objetivos Globais. Através da liderança de Timor-Leste no g7+, um grupo de 20 Estados frágeis e afetados por conflitos, defendemos a importância de dar resposta às situações de fragilidade e de construir a paz antes de se começar a fundo com o combate à desigualdade e o desenvolvimento das nações.

É por este motivo que estamos tão felizes, por ver que o Objetivo Global 16 é “Instituições de Paz e Justiça Sólidas.”

O Objetivo Global 16 visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.

A inclusão do Objetivo Global 16 é um reconhecimento claro de que o conflito e a existência de instituições débeis constituem obstáculos ao desenvolvimento.

O compromisso internacional para com os Objetivos Globais dá-nos esperança na promessa de cooperação entre as nações do mundo.

Senhoras e senhores,

É importante que as nações pequenas percebam que também têm a responsabilidade de contribuir em termos de cooperação e ações globais. Não podemos ficar à espera que as grandes potências resolvam os nossos desafios globais.

Em Timor-Leste reconhecemos que, depois de tanto tempo a sermos apoiados pela comunidade internacional, está agora na altura de retribuirmos.

É por esta razão que temos vindo a liderar o grupo de nações frágeis g7+, partilhando as nossas experiências e prestando apoio à construção da paz e construção de Estados.

Timor-Leste ajudou a financiar as eleições mais recentes na Guiné-Bissau, visando a restauração da democracia nesta nação irmã atormentada por golpes de Estado. Prestámos igualmente apoio financeiro ao combate ao Ébola em África.

No cômputo geral, entre 2008 e 2013, Timor-Leste prestou assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) a países pequenos, frágeis e em situação de emergência uma média de 0,27% do PNB não-petrolífero de Timor-Leste. Esta percentagem é superior à de EUA e Japão, sendo quase idêntica à da Austrália para o ano de 2014.

Timor-Leste detém atualmente a Presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sendo que através desta Comunidade estamos a procurar dar resposta aos desafios de desenvolvimento partilhados pelos Estados-membros mais pequenos desta organização.

Timor-Leste é também um forte apoiante da Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas, a qual fornece um padrão global para a promoção de uma gestão aberta e responsável dos recursos naturais.

Timor-Leste orgulha-se, ainda, de ser um exemplo notável de reconciliação através da paz e amizade que estabeleceu com a Indonésia. Atualmente temos laços profundos de solidariedade com os nossos irmãos e irmãs da Indonésia, sendo que este nosso relacionamento constitui um modelo global para parcerias entre nações muçulmanas e não muçulmanas.

Talvez ainda mais importante seja a nossa experiência mais recente com democracia inclusiva, tendo a nação trilhado um caminho democrático e não-conflituoso na política nacional nestes últimos três anos. Os partidos vencedores trabalharam de mãos dadas com a oposição a fim de consolidar a paz e reforçar as instituições, em prol de objetivos de desenvolvimento acordados em conjunto, graças a aprovações consensuais de legislação e orçamentos, sem com isso sacrificar a multiplicidade de perspectivas e opções individuais. Esta experiência fez incidir alguma luz sobre novas formas democráticas de fazer política, as quais são menos divisíveis, não-conflituosas e mais conducentes à construção da paz e à construção do Estado.

Senhoras e senhores,

É neste contexto que acreditamos que o sistema multilateral e o direito internacional são tão importantes para a proteção e o progresso de nações pequenas.

A experiência de Timor-Leste mostra o grande valor das Nações Unidas e a importância do diálogo, da diplomacia e do direito internacional para resolver conflitos.

Embora Timor-Leste tenha restaurado a sua independência em 2002, precisamos ainda de dar um último passo para atingir uma soberania plena. Esse passo é a demarcação permanente das nossas fronteiras marítimas com a Austrália e a Indonésia.

A nossa boa amiga Indonésia aceitou a iniciar negociações com vista à finalização das nossas fronteiras marítimas. Já a Austrália tem-se até aqui recusado a negociar uma fronteira marítima com Timor-Leste no Mar de Timor – um estreito de água entre Timor-Leste e a costa norte da Austrália com 435 milhas de largura e abundante em petróleo. Temos esperança de que o novo Primeiro-Ministro da Austrália venha a rever a posição do seu Governo e se sente à mesa connosco para falarmos como vizinhos e amigos.

À semelhança de Timor-Leste, a Austrália ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Esta Convenção impõe aos Estados a obrigação de chegar a acordos finais sobre fronteiras marítimas. Neste quadro, estamos a pedir à Austrália que se reúna connosco para chegarmos a acordo sobre as nossas fronteiras marítimas definidas segundo o direito internacional.

Reconhecemos que o futuro do nosso povo e a soberania da nossa nação continuam a depender do sistema internacional e do respeito pelo direito internacional.

Tal como acontece com outras nações pequenas e em vias de desenvolvimento, olhamos para a comunidade internacional e para o sistema multilateral de governação global para conseguir justiça e desenvolvimento humano.

Senhoras e senhores,

Embora no mundo inteiro as nações pequenas e em vias de desenvolvimento sejam vulneráveis aos desafios globais das alterações climáticas, conflitos e desigualdade, temos confiança na promessa da cooperação internacional.

Os Estados pequenos não podem resolver sozinhos os desafios globais. O nosso mundo interligado exige soluções globais. É por esta razão que Timor-Leste é tão determinado no apoio à Organização das Nações Unidas e à solidariedade da comunidade internacional.

Somente trabalhando juntos podemos conseguir paz e justiça a nível global, desenvolvimento sustentável e a defesa do respeito pela dignidade humana.

Muito obrigado.

Dr. Rui Maria de Araújo  
Nova Iorque, 30 de setembro de 2015